

GT62: Perspectivas decoloniais na antropologia dos patrimônios

Izabela Tamaso, Simone Vassallo

Os recentes debates e performances culturais em torno da restituição de objetos, ressignificação de monumentos públicos e reparação dos crimes contra a humanidade promovidos pelo empreendimento colonial, apontam para a centralidade emergente das perspectivas decoloniais na antropologia dos patrimônios. Os patrimônios culturais são constituídos a partir de conflitos, tensões e jogos de força que expressam não só a sua polissemia, como também profundas estruturas de dominação. Espera-se observar os processos de patrimonialização e os conflitos que os atravessam, chamando a atenção para persistentes estruturas de dominação e mecanismos de silenciamento de grupos não hegemônicos, seja no plano interno nacional, seja no plano internacional. Pretende-se refletir sobre os patrimônios que marcam histórias e memórias de dor e sofrimentos como a escravidão, as guerras, os genocídios e a tortura. Como a herança colonial, escravocrata e violenta se faz sentir nos mais diversos tipos de patrimônios: coleções, sítios arqueológicos, centros históricos, museus, monumentos? Quais as ações desenvolvidas pelos próprios grupos subalternizados em suas lutas por reconhecimento, reparação e justiça? Como se expressam as suas formas de contestações, emoções e sofrimentos? Qual papel têm os patrimônios nos processos de reparação dos crimes contra a humanidade e na garantia dos direitos humanos, cidadania e democracia?

Espaços sagrados, territórios de axé e fé: apontamentos metodológicos para uma política de patrimonialização de casas e terreiros de matriz afrorreligiosa de Minas Gerais.

Autoria: Ana Belone, Nicole Faria Batista

Esta comunicação toma como matéria para reflexão a experiência de desenvolvimento do desenho metodológico que vem orientando a ação de Identificação de Casas e Terreiros de Matriz Afrorreligiosa de Minas Gerais, no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, órgão da administração pública voltado às políticas de patrimônio cultural do estado, onde as autoras atuam. Por meio dela buscaremos evidenciar os paradoxos e as potencialidades das metodologias de mapeamento, cadastramento e identificações no âmbito das políticas públicas para comunidades tradicionais, de maneira geral, e nos processos de patrimonialização, de maneira particular, em especial de grupos historicamente invisibilizados pelo estado. Esta ação de identificação compõe um dos eixos do chamado "Programa de Proteção à Cultura Afro em Minas Gerais", e pretendemos apresentar a construção dessa política em curso, dando destaque para a ideia da participação social que torna-se premissa do processo, por meio da tentativa de construção coletiva da política junto aos detentores, além da ideia que a acompanha que é a da dimensão educativa antirracista da sociedade quando se trata de povos e comunidades de terreiro, especialmente no atual contexto de tensionamento sociopolítico no cenário brasileiro.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

